

## MARICÁ, TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE UM MUNICÍPIO PETRO-RENTISTA

Thiago da Silva Santa Rosa Rodrigues <sup>1</sup>

**Resumo:** O município de Maricá (RJ) vem passando por grandes transformações no seu espaço urbano, essas transformações são, em partes, condicionadas pelo aumento da arrecadação municipal que acontece a partir da descoberta de um reservatório gigante no Pré-sal, no ano de 2006. Essa descoberta, junto do repasse dos royalties e participações especiais, alavancaram as receitas municipais, essas chegando à casa dos bilhões de reais. Assim, o objetivo deste artigo é compreender, em que medida, essas rendas propiciam alterações no espaço urbano e como o município se organiza para administrar tamanhas receitas.

**Palavras-chave:** Maricá, Espaço Urbano, Transformações, Royalties, Petróleo.

145

### MARICÁ, URBAN TRANSFORMATIONS OF A PETRO-RENTIER MUNICIPALITY

**Summary:** The municipality of Maricá (RJ) has been undergoing significant transformations in its urban space. These transformations are partly conditioned by the increase in municipal revenue from the discovery of a giant reservoir in the Pre-salt in 2006. This discovery, together with the transfer of royalties and special participations, leveraged the municipality's coffers, which reached billions. Thus, this article aims to understand to what extent these incomes provide changes in urban space and how the government organizes itself to administer such revenues.

**key words:** Maricá, urban space, transformations, royalties, oil.

---

<sup>1</sup>Graduando em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [24thiagorodrigues@gmail.com](mailto:24thiagorodrigues@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6803-8557>

## MARICÁ, TRANSFORMACIONES URBANAS DE UN MUNICIPIO

### PETRORENTISTA

**Resumen:** El municipio de Maricá (RJ) ha estado experimentando grandes transformaciones en su espacio urbano, estas transformaciones están, en parte, condicionadas por el aumento de los ingresos municipales que se produce a partir del descubrimiento de un embalse gigante en el Presal, en 2006. Este descubrimiento, junto con la transferencia de regalías y participaciones especiales, apalancaron los ingresos municipales, que alcanzaron los miles de millones de reales. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es comprender, en qué medida, estos ingresos proporcionan cambios en el espacio urbano y cómo se organiza el municipio para administrar dichos ingresos.

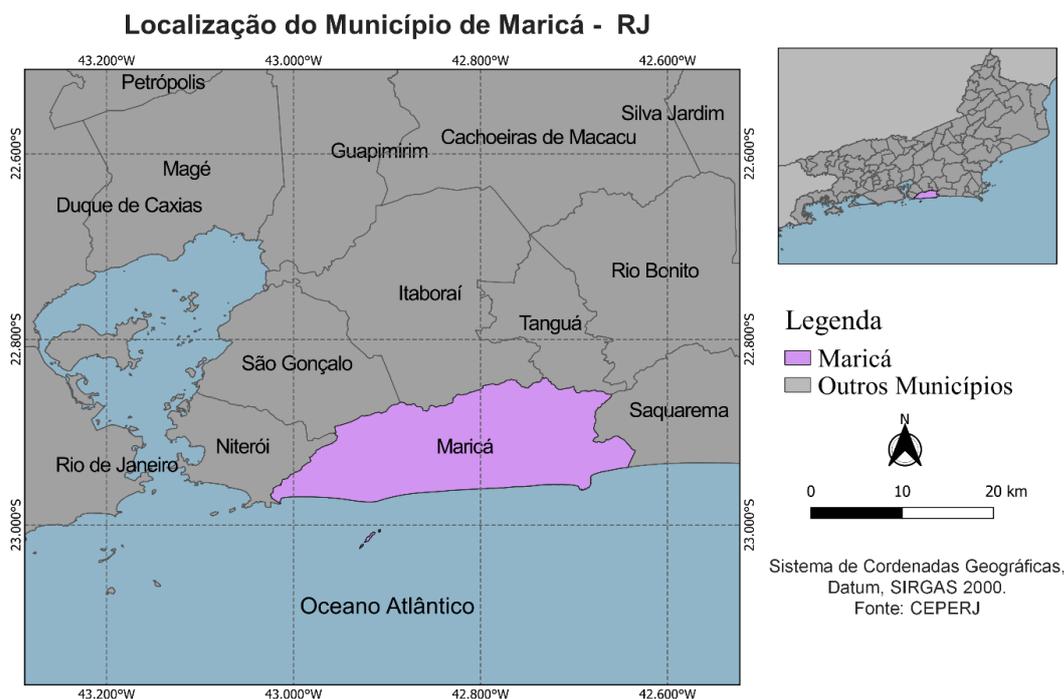
**Palabras clave:** Maricá, Espacio Urbano, Transformaciones, Regalías, Petróleo.

### Introdução

O município de Maricá situado no litoral sudeste do Estado do Rio de Janeiro, vem passando por grandes transformações nas últimas décadas. Essas transformações estão atreladas, em um primeiro momento, ao seu potencial turístico e ao movimento de segunda residência que ocorre após a construção da ponte Rio-Niterói. Posteriormente, essas transformações são influenciadas pela descoberta de reservatórios gigantesco no Pré-sal, durante o ano de 2006, que geram grandes receitas ao município e o torna “petro-rentista”.

Os municípios petro-rentistas, como coloca Serra et al (2006), possuem posição confrontante, e assim de privilegio, com campos de exploração petrolífera. O que os torna grandes recebedores de rendas advindas da indústria petrolífera, isso “sem a necessária presença física dos capitais petrolíferos em seus territórios” (Serra et al, 2006, p.65,). Desta forma, “o que têm em comum estes municípios é o fato de serem recebedores de fartas rendas petrolíferas, de “viverem”, pois, das rendas do petróleo, ou, de serem petro-rentistas”. (Serra et al, 2006, p.66)

Mapa 1: Localização do município de Maricá



O município, que conta com 38 bairros, vem sofrendo grande aumento populacional nas últimas décadas, chegando a registrar no período de 2000 a 2010 a segunda maior média estadual de crescimento, com 66%. Assim, esse artigo objetiva compreender, em que medida a descoberta do pré-sal, junto do repasse dos *royalties* e participações especiais, propicia alterações no espaço urbano do município de Maricá e como o mesmo se organiza para administrar tamanhas receitas advindas da exploração de petróleo e gás. Para tais investigações, o presente artigo, que é fruto de um projeto de iniciação científica em andamento, se estrutura em três partes, que pretendem compreender as transformações influenciadas pelas rendas auferidas das atividades de extração petrolífera. A primeira delas, intitulada de “Os caminhos de Maricá: Vila, freguesia e cidade”, apresenta a evolução histórica do município fluminense desde o início da sua habitação, até sua intrínseca relação com a região dos lagos.

Em seguida, na segunda parte, intitulada de “Descoberta do pré-sal, a mega sena municipal”, faz um panorama geral das inovações para exploração petrolífera que condicionaram a descoberta do pré-sal e por consequência elevaram as arrecadações de Maricá. Já na terceira parte, intitulada de “Cofres cheios, e agora?”, discutimos como

as rendas advindas da extração petrolífera refletem efetivamente em mudanças no espaço urbano municipal.

Dito isso, cabe também elencar os principais procedimentos investigativos adotados para realização deste artigo. Recorremos no primeiro momento a um levantamento bibliográfico que abarcasse a evolução urbana do município de Maricá, onde realizamos a leitura de alguns autores, como “Do Rio à Maricá: Estratégia e experiência do êxodo urbano no estado do Rio de Janeiro”, de Maurício Martins de Oliveira, e “A memória escolar reconta a história da cidade de Maricá”, de Alan dos Santos.

No momento seguinte, o levantamento bibliográfico se concentrou em temas que explicitasse sobre a evolução da indústria extrativa e da produção em águas profundas, caso do livro “Petróleo em águas profundas: Uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção *offshore*”, de José Mauro de Moraes, entre diversos outros autores.

O procedimento seguinte foi um levantamento de dados, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os dados censitários e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), para dados de saneamento e acesso a água, além da hemeroteca digital. Por ser um trabalho ainda em fase inicial, não foi possível a realização de um trabalho de campo, que está programado para os próximos meses.

### **Os caminhos de Maricá: Freguesia, Vila e Cidade**

Da necessidade da Coroa em defender seu litoral de ataques franceses, no século XVI, foi decretado o regime de Capitânicas Hereditárias, onde tivemos as primeiras distribuições de sesmarias<sup>2</sup>. Oliveira (2005) nos apresenta que no atual município de Maricá, os terrenos que circulavam a orla da Lagoa de Maricá até Inoã foram doados, a Antônio Marins, no ano de 1574, fixando-se no bairro de São José do Imbassai (conforme

---

<sup>2</sup>Terrenos abandonados, pertencentes à Portugal, que foram entregues para ocupação.

é denominado até os dias atuais) e condicionando as primeiras habitações no povoado que ali germinava.

Ainda seguindo Oliveira (2005), nas décadas seguintes os padres da Ordem de São Bento<sup>3</sup> construíram a primeira capela do povoado que, na busca por terras com temperaturas mais amenas e férteis, se deslocam para a margem inversa do lago. No mesmo período, o alvará lançado em 12 de janeiro de 1755, denomina o povoado em uma Freguesia, chamada de “Santa Maria de Maricá” (nome dado em homenagem a rainha da época, D. Maria I.).

Os decretos Estaduais, N°1 e N°1-A, de 1814, eleva à freguesia para à condição de Vila, denominada com o mesmo nome da antiga freguesia, “Santa Maria de Maricá”. Todavia, o decreto vigora apenas até o ano de 1889, quando um novo decreto estadual, N°18, nomeia a vila para a condição de cidade, com a denominação de Maricá.

Junto da elevação de “vila” para “cidade”, temos a construção do primeiro trecho da Estrada de Ferro Maricá, que inicialmente ligava Alcântara, em São Gonçalo, a Itapeba, em Maricá, que mais tarde é incorporada à Central do Brasil e tem seu percurso ampliado até Cabo Frio. Além de facilitar o transporte entre cidades vizinhas, a estrada de ferro é crucial na primeira organização urbana do município, tanto que em uma de suas obras de extensão, foi inaugurada a estação do centro, que alongava a estrada de ferro até Manoel Ribeiro, antigo centro econômico municipal com grande produção agrícola.

As atividades agrícolas oriundas do plantio fizeram parte do imaginário fluminense desde os tempos de colônia, com a exportação do café e da cana-de-açúcar, que estimularam inclusive a construção de ferrovias e portos. O município de maricá não passou ileso a essas atividades, fazendo parte da indústria açucareira até seu declínio e também produzindo legumes e frutas. Junto desses produtos, a ferrovia também facilitou o transporte do peixe local para a metrópole, que, até então, era feito por

---

3Comunidade de serviço religioso, fundada por Bento de Núrsia, que presava dar assistência aos pobres, acolher peregrinos e viajantes, obediência, castidade, voto de pobreza, potenciar o ensino, a oração e o trabalho.

muares<sup>4</sup> desde à época de freguesia do município. Isso resultou em consolidar a cidade de Maricá como líder em produção de pescado no estado até a metade do século XX. Segundo Santos (2009), a estrada de ferro começa a perde a sua importância em consequência da política de governo do Juscelino Kubitschek<sup>5</sup>, que estimulava o implemento da indústria automobilística no país, culminando na desativação da estrada de ferro de Maricá, no ano de 1964. Na década seguinte, ocorre a fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975), que acontece momentos depois da construção da Ponte Rio-Niterói (1974). Essa construção, junto das obras de melhoria ao acesso norte da BR-101 (que liga o Rio de Janeiro ao Espírito Santo), permite, ao agora integrado Estado do Rio de Janeiro, superar uma fragmentação territorial que existia desde o seu passado colonial.

O encurtamento da distância, resultante da construção da ponte Rio-Niterói e da melhoria da BR-101, gera um aumento da demanda pelo turismo de Sol e Mar, característico dos municípios da Região dos Lagos<sup>6</sup>. A prosperidade socioeconômica do setor turístico, junto da exploração petrolífera na Bacia de Campos, que se dá a partir de 1977, atrai um movimento migratório de serviços e de segunda moradia intenso, que resulta em um desenvolvimento da indústria de construção civil e grande crescimento populacional. Chegando a registrar, no município de Rio das Ostras, a maior taxa de crescimento nacional durante o período de 2000-2010, com 11,25%, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse movimento leva a uma supervalorização da orla marítima dos municípios das baixadas litorâneas, chegando a refletir em alterações no próprio município de Maricá, que apesar de não fazer institucionalmente parte da Região dos Lagos, constitui o entorno de circulação e acesso. Essa proximidade faz com que diversas alterações que

---

<sup>4</sup> Animais resistentes a carregar cargas pesadas em longas distancias.

<sup>5</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira (Diamantina, 12 de setembro de 1902 — Resende, 22 de agosto de 1976) foi um médico, militar e político brasileiro. Conhecido como JK (lê-se jota-cá), foi prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Foi o primeiro presidente do Brasil a nascer no século XX.

<sup>6</sup> Microrregião fluminense localizada na mesorregião das Baixadas Litorâneas.

estão ocorrendo nos municípios vizinhos, também ocorram em Maricá, demonstrando que fazer ou não parte institucionalmente de uma região de governo é puramente uma delimitação político administrativa e, em alguns casos, pode não condizer com a realidade em questão.

Temos diversos crescimentos em Maricá nesse período, como a evolução do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>7</sup>, que respectivamente apresentou, de acordo com os censos de 1990 à 2000, os seguintes números: 0,513; 0,639; (IBGE) levando o município a ocupar a 12º posição no *ranking* estadual. E no mesmo período, apresentou uma taxa geométrica de crescimento populacional de 5,68% ao ano, gerando um salto populacional de 46.545 para 76.737 (IBGE), em 2000.

Entrando nos anos 2000, o setor do turismo continuava a todo vapor na Região dos Lagos, o município de Maricá, que pertencia a Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde a sua institucionalização (1974), se transfere para a mesorregião das Baixadas Litorâneas, no ano de 2002. Isso demonstra uma tentativa de se aproximar da prosperidade socioeconômica e do fluxo turístico, pelo menos de maneira institucional, dos municípios pertencentes a essa região.

Pela sazonalidade do município, a extensão de suas praias, seu grande complexo lagunar, com a sua restinga e extensa faixa arenosa de 35km de extensão, junto de melhorias a rodovia Amaral Peixoto<sup>8</sup> (RJ-104), essa aproximação aparenta ser possível. Inclusive a própria prefeitura de Maricá, no intuito de se aproximar da Região dos Lagos, lança um famoso jargão na época, que de acordo com reportagem do jornal O Fluminense, de 18 de maio de 2003, denominava Maricá: “Portal da Região dos Lagos”. Nos anos seguintes, essa aproximação passa para o segundo plano, principalmente após a descoberta uma grande reserva petrolífera abaixo da espessa camada de sal no litoral

---

<sup>7</sup> IDHM é uma média geométrica dos componentes: Educação, longevidade e renda. Seu valor variando de zero a um e sendo classificado em 5 fases de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000).

<sup>8</sup> Rodovia do Estado do Rio de Janeiro, criada em 1940, que percorre o litoral norte de São Gonçalo até Macaé.

do Brasil, essa descoberta muda completamente a história da economia do município de Maricá.

### Descoberta do Pré-sal: A mega sena municipal

Antes de elucidarmos as questões que envolvem a descoberta do pré-sal e como a mesma impulsiona inúmeras alterações na dinâmica econômica do município de Maricá, precisamos voltar um pouco mais no tempo para entendermos como o petróleo começou a ser explorado de maneira *offshore* no Brasil e no Rio de Janeiro.

A história da exploração petrolífera no Brasil é de longa data e nem sempre foi um caso de sucesso. A procura por fontes petrolíferas começou na década de 1860, mas as primeiras descobertas só ocorreram mais de 70 anos depois, quando foi descoberto os campos de Candeias, Itaparica e Aratu, em 1941, no estado da Bahia.

Em outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas<sup>9</sup>, assinou a Lei nº 2.004/53, que autorizou a criação da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Em seguida dessa lei, em 1955, tivemos a criação do primeiro centro de pesquisas PETROBRAS, que tinha o foco nos avanços tecnológicos na produção de petróleo em águas profundas.

Nas décadas seguintes, perfurações nos poços da Bacia de Campos, resultaram na descoberta de petróleo no Campo da Garoupa, em 1974, que foi fruto das primeiras experiências tecnológicas de equipamentos que permitiam a exploração de jazidas que se situavam em longas distâncias do litoral. Essa descoberta deu início ao processo de inovações nesse sistema, que passaram a contar com apoio intenso de recursos humanos, pesquisas aplicadas e programas de capacitação tecnológicas. (MORAES, 2013)

---

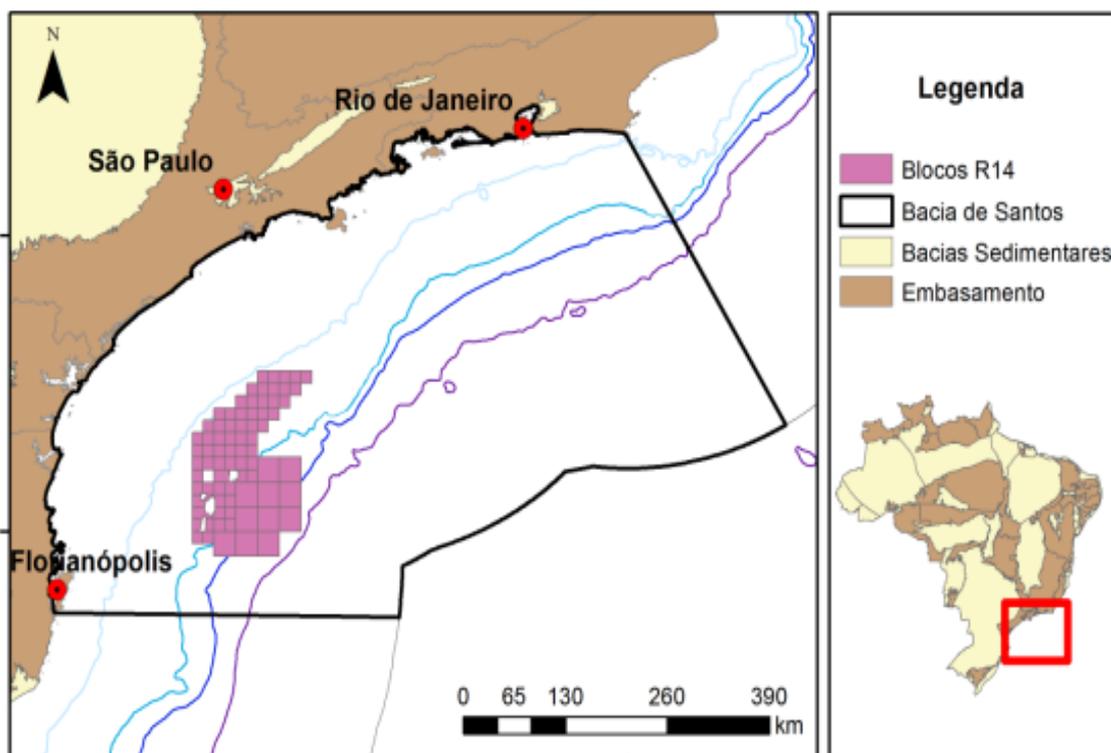
9 Getúlio Dornelles Vargas (São Borja, 19 de abril de 1882 – Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954) foi presidente do por quase 20 anos, sendo os primeiros 15 anos de 1930 à 1945 e os últimos 4 anos, de 1951 a 1954.

Segundo Moraes, um desses programas criados foi o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP), em 1986, que tinha o objetivo de desenvolver equipamentos e sistemas para facilitar a exploração de campos de petróleo localizados em águas com profundidade até 1.000 metros. Esse programa tem duas edições seguintes, uma em 1992, que aumentava a profundidade para 2.000 metros, e outra em 2000, que viabilizava a produção até 3.000 metros.

Ainda segundo Moraes (2013), outro avanço tecnológico importante, foram os relacionados a plataforma de extração. Essas plataformas, que inicialmente eram fixas, ou seja, assentadas no fundo do mar por seu próprio peso. Posteriormente passou a ser semissubmersível, apoiada em flutuadores submersos e mantidas no mar por sistema de posicionamento dinâmico ou por ancoragem. Temos também, o Navio-plataforma FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading*) que além de flutuante, tem a função de produção, armazenamento e transbordo de petróleo e gás natural, dispendo também de equipamentos para perfuração de poços, sendo importante na perfuração de águas super profundas.

Esses avanços tecnológicos, junto das inovações dos equipamentos e dos sistemas de produção de petróleo, são condicionantes a descoberta de reservatórios gigantesco no Pré-sal, durante o ano de 2006. Esse, se estende por 800 quilômetros do litoral brasileiro, passando pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, como mostra a figura 2. Essa descoberta inicia a era do pré-sal, que aumenta significativamente as reservas de petróleo brasileiro, chegando a representar 70% da produção total de petróleo da PETROBRAS nos anos seguintes.

Figura 1 :Localização da Bacia de Santos



Fonte: FERNANDEZ; SANTOS, 2017.

Nos anos seguintes, a Bacia de Santos se consolida como a maior bacia sedimentar *offshore* do país, contendo o polo que reúne os maiores produtores nacionais, caso de Tupi e Búzios. Junto desse grande volume de reservas, os municípios confrontantes com a Zona de Produção Principal Petrolífera (ZPP), tem suas receitas aumentadas a partir do recebimento de grande volume de *royalties*, que são uma espécie de compensação pela exploração e produção de petróleo. Concomitante aos *royalties*, temos também o recebimento de participações especiais, que são uma espécie de participação nos lucros das rendas auferidas pela produção, caso de Maricá, que além de confrontante direto na Bacia de Santos, faz parte do polo de Tupi que desponta como um dos mais produtivos do país.

O aumento dessa arrecadação pode ser visto na tabela 1, que mostra os valores de *royalties* e participações especiais recebidos pelo município de 2000 a 2021. Podemos observar três momentos na tabela: O primeiro está relacionado ao período de 2000 à 2010, quando temos o início do recebimento dos *royalties* mas ainda sem participações especiais, vale também salientar o não recebimentos de *royalties* nos anos de 2001 e

2002 e o tímido aumento ao longo dos anos seguintes, de 2003 à 2008, a partir disso o valor triplica em 2009 e tem crescimento de mais de 50%, em 2010; O segundo momento, está relacionado ao período de 2010 à 2015, quando o município apresenta um crescimento não apenas no recebimento de *royalties*, como também de participações especiais, essa chegando a ultrapassar o valor de *royalties*, o que ocorre pela primeira vez no ano de 2015; No terceiro momento, de 2015 à 2021, as arrecadações chegam pela primeira vez à casa dos bilhões, caso dos anos 2018, 2019 e 2020, podemos notar que mesmo após a primeira queda do valor de participações especiais, em 2020, a arrecadação permanece na casa dos bilhões. No ano de 2021, o valor de participações especiais volta a crescer, praticamente dobrando de 2020 para 2021, o que resulta em uma arrecadação total de mais 2 bilhões, sendo o valor recorde absoluto em comparação com todos os municípios do país.

Tabela 1: Maricá - Royalties e Participações especiais recebidos ao longo dos anos.

Ano	Royalties	Part. Especiais	Royalties + PE
2000	R\$ 4.825,94	R\$ 0,00	R\$ 4.825,94
2001	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2002	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2003	R\$ 572.091,55	R\$ 0,00	R\$ 572.091,55
2004	R\$ 3.535.212,72	R\$ 0,00	R\$ 3.535.212,72
2005	R\$ 5.229.714,86	R\$ 0,00	R\$ 5.229.714,86
2006	R\$ 5.828.500,12	R\$ 0,00	R\$ 5.828.500,12
2007	R\$ 5.563.217,38	R\$ 0,00	R\$ 5.563.217,38
2008	R\$ 7.026.179,83	R\$ 0,00	R\$ 7.026.179,83
2009	R\$ 22.243.994,36	R\$ 0,00	R\$ 22.243.994,36
2010	R\$ 36.942.403,32	R\$ 0,00	R\$ 36.942.403,32
2011	R\$ 67.680.389,01	R\$ 861.397,55	R\$ 68.541.786,56
2012	R\$ 93.829.683,88	R\$ 32.371.858,92	R\$ 126.201.542,80
2013	R\$ 102.961.250,45	R\$ 49.188.444,80	R\$ 152.149.695,25
2014	R\$ 137.585.295,52	R\$ 104.449.232,66	R\$ 242.034.528,18
2015	R\$ 141.826.000,78	R\$ 143.908.191,17	R\$ 285.734.191,95
2016	R\$ 158.747.804,41	R\$ 187.484.877,30	R\$ 346.232.681,71
2017	R\$ 303.034.223,77	R\$ 503.155.590,95	R\$ 806.189.814,72
2018	R\$ 518.355.214,02	R\$ 996.040.580,90	R\$ 1.514.395.794,92
2019	R\$ 630.235.640,61	R\$ 999.950.242,00	R\$ 1.630.185.882,61
2020	R\$ 682.052.527,66	R\$ 752.488.343,00	R\$ 1.434.540.870,66
2021	R\$ 897.561.547,37	R\$ 1.553.775.151,10	R\$ 2.451.336.698,47

Fonte: InfoRoyalties, 2022. Org: o autor, 2022.

Essas rendas advindas da exploração petrolífera e de gás natural, rapidamente alavancaram a receita municipal e se tornaram a principal fonte de renda do mesmo. Do ponto de vista das atividades econômicas, Maricá vive o seu auge após a descoberta do pré-sal, chegando, de acordo com Bretas et al (2020), a R\$ 7,3 de cada R\$ 10 do orçamento municipal (receitas líquidas), no ano de 2018, serem provenientes da exploração do petróleo e gás natural.

## Cofres cheios, e agora?

A mesmo passo que acresce bilhões aos cofres municipal, o repasse dos *royalties* e das participações especiais ascendem a expectativa desse aporte financeiro resultar em melhorias no espaço urbano e por consequente na qualidade de vida dos maricaenses. A população inclusive, que de acordo com o censo de 2000 apresentava 76.737 pessoas, tem um aumento, em 2010, para 127.461 habitantes, demonstrando um crescimento populacional de cerca de 66% em uma década, sendo o segundo maior crescimento estadual no período.

Apesar de no ano de 2020 não termos a realização do censo, o IBGE lançou uma estimativa da população municipal, esta aponta para uma continuidade do crescimento populacional do município, agora com 164.504 habitantes. Outro aumento que vale destacar é o do IDHM, que passou de 0,637, em 2000, para 0,765, em 2010, esse aumento de pouco mais de 14%, elevou sua classificação de “alto” para “muito alto” e fez Maricá ocupar a sexta colocação no *ranking* estadual.

Podemos esperar que o IDHM do município permanece em crescimento, mesmo sem os dados de 2020, por falta do censo, essa expectativa está atrelada há uma série de programas do município que estimulam a economia solidária. Com a aprovação da Lei nº 2.448, em 2013, temos a criação do Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, que visa diminuir a desigualdade social por meio da transferência de renda.

Essa criação é um marco inicial para várias ações solidárias, como as feiras livres municipal, onde produtores locais de vários segmentos tem a possibilidade de vender seus produtos a partir de feiras que são estruturadas pela prefeitura. Temos também o “Renda Mínima Mumbuca”, que além de criar a moeda social “mubumca” e um banco comunitário, transfere mensalmente um valor mínimo a parte da população carente. Esse valor é repassado na moeda “mubumca”, onde cada mubumca equivale à um real e só seria aceito por comerciantes locais, assim fomentando o mesmo.

Outro programa importante veio através da Lei nº 2474, de 2013, sob Lei complementar nº244, de 2014, que criou a sociedade de economia mista Maricá Transportes Públicos,

que condiciona transporte público gratuito aos moradores do município. Esse programa é um incremento importante na mobilidade urbana municipal e conta com constante aumento de suas frotas e linhas.

Se o crescimento populacional demanda um desenvolvimento urbano eficiente, que seja capaz apresentar um conjunto de infraestrutura, serviços e instalações, Maricá aparenta estar atrasado nessas medidas. Já que o índice da população municipal com coleta de esgoto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apresentam números baixíssimos. Se em 2010 apenas cerca de 12% tinha coleta de esgoto, o que podemos considerar muito baixo. Na década seguinte, em 2020, a situação se agrava, apresentando apenas cerca de 4,6% da população com coleta de esgoto. O município até apresentou no ano de 2015 seu Plano Municipal de Saneamento Básico, todavia o mesmo ainda não refletiu em melhoras no acesso ao esgoto no município.

Outro dado alarmante é o da população com acesso à água, em 2010, 58% da população tinha acesso a esse recurso natural de suma importância para existência. Já em 2020 essa porcentagem cai drasticamente, apresentando apenas cerca de 39,8%. Algo que a Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR), criada em 2019, promete sanar. Inclusive, o município, desde 2010, apresenta outra sociedade de economia mista, caso da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR), que atua no intuito de desenvolver socioeconomicamente o município.

Essas ações apontam para uma tentativa de maior desenvolvimento municipal, porém o que aumenta nesse período é o nível de dependência as rendas auferidas pelo repasse da exploração de petróleo e gás natural. Segundo dados dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, promovido anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), Maricá apresentava, em 2014, 71% de dependência das rendas proveniente do repasse dos *royalties*. Já em 2021, essa porcentagem aumenta para 89%, indicando que mesmo com as ações que visam circulação da economia local e estímulo ao turismo, a dependência da renda dos *royalties* se torna cada vez maior e alarmante.

Esse aumento acende um sinal de alerta, uma vez que as compensações advindas da exploração de petróleo e gás natural, se constituem em um bem não renovável, podendo ter queda drástica nos próximos anos e vir a acabar. Maricá salienta mais uma vez o que Postali (2007) esclareceu ao avaliar como os recursos dos *royalties* colaboram para o crescimento dos municípios, onde os municípios “petro-rentistas” possuem crescimento menor que os municípios que não recebem essas compensações. Assim, quanto maior é o volume de *royalties* recebidos, menor parece ser o seu desenvolvimento econômico.

### Considerações finais

É inegável que o município vem passando por transformações desde a descoberta do pré-sal, o incremento dos *royalties* e das participações especiais aos cofres públicos, condicionam o implemento de uma série de programas que visam o desenvolvimento econômico do município de Maricá. Contraditoriamente ao objetivo dos programas supracitados anteriormente, o espaço urbano vem sofrendo uma série de consequências do aumento populacional e da falta de infraestrutura, onde uma parcela muito pequena da população tem acesso a água e esgoto.

Atualmente o plano diretor do município está sendo revisado, em que uma série de conferências municipais estão ocorrendo no objetivo de entender os problemas presentes no espaço urbano municipal. Essas medidas serão melhores avaliadas em um próximo momento da pesquisa, que agora se debruçou apenas de maneira inicial nessas contradições.

Inicialmente entendemos que as compensações financeiras advindas das rendas auferidas pela exploração petrolífera, de nada garante um desenvolvimento municipal igualitário. O município até tenta, por meio do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, uma melhoria nessas contradições, todavia o que temos até o momento é o aumento da dependência as receitas compensatórias.

Essa dependência ascendem um sinal de alerta, uma vez que os valores recebidos de *royalties* e participações especiais são extremamente maleáveis junto do valor do barril

do petróleo, sendo sua exploração finita, podendo acabar em um futuro breve. Se nas décadas anteriores a aproximação com o turismo de veraneio, presente na região dos lagos, resultou em um crescimento, mesmo que inicial, do município. Agora, parece voltar à tona a necessidade dessa reaproximação, principalmente em uma tentativa de diminuir o grau de dependência as rendas advindas da exploração de petróleo e gás natural.

Inclusive a Secretaria Municipal de Turismo tem promovido uma série de ações que visam criar atrativos turístico ao município, como shows, trilhas, feiras, entre outros. Contrapartida, o que fica é a importância do fundo soberano, que cria uma poupança a partir das rendas de *royalties* e participações especiais para o município, e já conta com mais de R\$ 1 bilhão guardado. Assim, alguns percalços se evidenciam: como o desafio de torna o município atrativo turisticamente a mesmo passo que a indústria petrolífera localizada no seu litoral vem degradando suas praias, o de reverter o grande aporte financeiro em efetiva melhoria do espaço urbano municipal e o de tornar suas receitas menos dependentes dos repasses provenientes da extração petrolífera.

## **Referências**

- BARBOSA, Gisele Silva. **Planejamento urbano e regional na cidade de Maricá (RJ):** Conquistas e novos desafios. PLURIS 18, Coimbra, 2018.
- BRETAS et al. Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do RJ. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, 2020.
- CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro** – 2013. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.
- FERNANDEZ, Rodrigo de Oliveira; SANTOS, Alhan Jose dos. **Bacia de Santos:** Sumário Geológico e Setores em Oferta. ANP, Brasil, 2017.
- LEAL, João Gabriel Ribeiro; PEIXOTO, Victor de Moraes. Petro-rendas e o SUS: Municípios dependentes das rendas petrolíferas gastam mais com a saúde pública? **Revista dos Estudantes de Públicas**, vol. 3, n.1., 2018, p. 53 - 72

- MARICÁ. Lei no 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 5, n. 383, 8 jul. 2013b.
- \_\_\_\_\_. Lei no 2.641, de 11 de dezembro de 2015. Lei que estabelece a Renda Básica de Cidadania no município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 7, n. 622, 16 dez. 2015a.
- \_\_\_\_\_. Lei no 2.652, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 7, n. 622, 16 dez. 2015b.
- \_\_\_\_\_. Decreto no 98, de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Programa Mumbuca Futuro. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 9, n. 820, 27 dez. 2017a.
- \_\_\_\_\_. Lei no 2787, de 14 de dezembro de 2017. Inclui o art. 17-A, o art. 18-C e o art. 18-D na Lei no 2.652/2015, de 15/12/2015, que “Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 9, n. 819, 20 dez. 2017b.
- \_\_\_\_\_. Lei no 2.804, de 3 de julho de 2018. Estabelece os componentes municipais do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – Sisan, criado pela Lei federal no 11.346, de 15 de setembro de 2006, e revogação da Lei no 2.208 de 16 de julho de 2007. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 10, n. 872, 11 jul. 2018.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980** – Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 8 ago 2022
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1990** – Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 12 ago, 2022
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 12 ago, 2022
- \_\_\_\_\_. IBGE. Censo Demográfico 2010 – Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 12 ago, 2022
- InfoRoyalties. Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>

- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.
- OLIVEIRA, Maurício Martins de. **Do Rio à Maricá: Estratégia e experiência do êxodo urbano no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Magister Scientiae) - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2015.
- MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em Águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea: Petrobras, 2013.
- PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves. **Maricá: Dilemas e tendências de uma cidade em crescimento**. Dissertação (mestrado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- PIZZOL, Rosa Amelia; FERRAZ, Fernando Toledo. **Riqueza e exclusão social: o paradoxo dos royalties do petróleo e gás**. VI Congresso Nacional de excelência em gestão. Niterói, Brasil, 2010.
- POSTALI, Fernando Antônio Slaibe. **Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural**. **Encontro de Economia**, volume. 35, 2007.
- RODRIGUES, Danilo Pitarello; NEUMANN, Denise Maria. **Moeda social e desenvolvimento em Maricá (RJ)**. TCC (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.
- SANTOS. Alan dos. **A memória escolar reconta a história da cidade de Maricá**. Monografia -UERJ, São Gonçalo, 2009.
- SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. **Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças**. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVEIRA et al. **Maricá e Niterói: Novos “Emirados” Fluminenses? Uma avaliação da relação entre rendas petrolíferas e empregos formais nos municípios de Maricá e Niterói**. *In*: Anais – XVII Seminário de Integração, Campos, 2018.
- SILVA, Sandro Pereira. **Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. Ipea, Rio de Janeiro, 2017.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2020**. Disponível em <http://www.snis.gov.br/>.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios** – Edições 2001 a 2021. Disponíveis no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>.  
NOGUEIRA, Amanda Melo; BARBOSA, Gisela Barbosa; ROSSI, Ângela Maria Gabriella. Planejamento Urbano: município de Maricá, RJ. *In:* II ENURB, Passo Fundo/RS, 2015.

**Data de Submissão: 15/05/2023**

**Data da Avaliação: 26/01/2024**